

PODER

15 OUT 1986

Maciel antevê conflito na Constituinte

por Getúlio Bittencourt
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

razões comprovam a importância da Constituinte de 1987 e de seus eventuais conflitos de poder.

Desde a Constituição republicana de 1891, esta será a primeira eleição em que os analfabetos votam, será também a eleição disputada com o maior número de partidos da história brasileira, com 32 legendas apresentando candidatos, o número de candidatos, excluídos os postulantes a cargos municipais eleitos em 1982, saltou de cerca de 4 mil, na última disputa, para quase 15 mil agora.

Desde 1958, será também a primeira vez que o eleitorado brasileiro — o segundo do mundo ocidental — vai às urnas depois de recadastrado. E desde 1822 será também a primeira vez que o eleitor brasileiro atribuirá duplos poderes aos parlamentares de seu país.

Por todos esses motivos, o chefe do Gabinete Civil se confessa surpreso e desapontado com as propostas da atual campanha eleitoral. "Muitas das manifestações eleitorais que tenho ouvido induzem a opinião pública a acreditar que a nova Constituição removerá todos os males, acabará com todas as diferenças sociais ou resolverá todos os desafios econômicos", argumenta.

Marco Maciel propõe que se pense "num reordenamento institucional que contemple um esquema de poder estável, prevendo certos ritos indispensáveis à sua mudança, para que seja duradouro". E sugere que o Supremo Tribunal Federal (STF), ou algum novo órgão a ser criado, seja encarregado de uma constante atualização da Constituição, bem como de sua implementação por leis complementares ou ordinárias.

Maciel antevê conflito na Constituinte

por Getúlio Bittencourt
de Brasília

A próxima Assembleia Nacional Constituinte será um poder tripartido, "com todas as questões de poder e precedência interferindo na mecânica do funcionamento dos dois diferentes poderes", o Constituinte e o Congresso ordinário, segundo disse a este jornal o chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel.

O poder se tripartirá entre a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado e a Mesa da Constituinte. Maciel nota que por isso os futuros constituintes "participarão de quatro tipos de reuniões distintas: as da Câmara, as do Senado, as do Congresso e as da Constituinte".

A multiplicidade de funções, a seu ver, permite que se anteveja como a elaboração das leis do cotidiano vai interferir com a votação da nova Carta Magna e também como a elaboração constitucional deverá afetar as atuais atribuições do Poder Legislativo.

Haverá "evidentemente prejuízos, quer para a vida rotineira das instituições, quer para a celeridade do processo de elaboração da nova Carta".

Marco Maciel aprofunda

uma análise das dificuldades da próxima legislatura iniciada meses antes pelo presidente da Câmara e do PMDB, o deputado Ulysses Guimarães, que aliás sugeriu uma saída. Uma comissão mista e unicameral seria encarregada pelos constituintes das atribuições legislativas do Congresso ordinário.

"Muito embora a do eminente deputado Ulysses Guimarães seja a única proposição posta à discussão do Congresso, vejo, para a sua materialização, algumas dificuldades", discordou polidamente o ministro.

Ele observa que na dupla atribuição que a próxima legislatura terá já houve um precedente histórico, justamente na primeira Assembleia Constituinte, convocada por Dom Pedro I em 1823 e por ele mesmo dissolvida. Não foi um bom precedente e tinha menos percalços prévios:

"Primeiro", afirma Maciel, "tratava-se de uma só assembleia, unicameral, para as duas funções; segundo, não havia poderes anteriormente constituídos, ou seja, não havia limites constitucionais ao poder de legislar".

O ministro, que é senador da República por Pernambuco, recorda que várias

(Continua na página 6)